

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Declaração n.º 21/2006 (2.ª série). — *Substituição do representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses no Conselho de Acompanhamento da Criação e Instalação dos Julgados de Paz.* — Para os efeitos previstos na alínea e) do n.º 2 do artigo 65.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, declara-se que a Associação Nacional de Municípios Portugueses designou a vereadora da Câmara Municipal de Oeiras Elisabete Oliveira como sua representante no Conselho de Acompanhamento da Criação e Instalação dos Julgados de Paz, com efeitos a 5 de Fevereiro de 2006.

7 de Fevereiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Instituto do Desporto de Portugal

Despacho (extracto) n.º 3787/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Fevereiro de 2006 do presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal:

Dulce Nídia Pinheiro da Fonseca Monteiro O'Neill Marques — cessa as funções que vinha exercendo como chefe de divisão de Gestão Financeira e Patrimonial com efeitos a partir de 5 de Fevereiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Fevereiro de 2006. — O Vice-Presidente, *João Manuel Bibe*.

Despacho (extracto) n.º 3788/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Fevereiro de 2006 do presidente da direcção do Instituto do Desporto de Portugal:

Dulce Nídia Pinheiro da Fonseca Monteiro O'Neill Marques — nomeada, em regime de substituição, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, directora de serviços Administrativos e Financeiros com efeitos a partir de 6 de Fevereiro de 2006.

6 de Fevereiro de 2006. — O Vice-Presidente, *João Manuel Bibe*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL.

Despacho conjunto n.º 186/2006. — O Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de viaturas oficiais pelos trabalhadores dos serviços e organismos da Administração Pública, ainda que não integrados na carreira de motorista.

A medida ali prevista permite, sobretudo, uma maior racionalização dos meios, que se traduz, consequentemente, numa redução de encargos para o erário público.

Considerando que as atribuições da Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica impõem a necessidade de deslocações utilizando a viatura do serviço, podendo, porém, ocorrer falta de motorista;

Considerando que a encarregada de missão solicitou a concessão de permissão de condução da viatura oficial afecta à Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica, aliando a concretização dos objectivos e a racionalização dos meios disponíveis:

Assim, nos termos do disposto no artigo 2.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e no uso das competências delegadas

pelo despacho n.º 19 655/2005 (2.ª série), de 27 de Julho, do Ministro de Estado a das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 12 de Setembro de 2005, determina-se o seguinte:

1 — É conferida permissão genérica de condução de viatura oficial afecta à Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica à encarregada de missão, mestre Elza Maria Henriques Deus Pais.

2 — A permissão conferida nos termos do número anterior aplica-se exclusivamente às deslocações em serviço, por estas se entendendo as que são determinadas por motivos de serviço público.

3 — A permissão genérica conferida pelos números anteriores rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e demais legislação aplicável, e caduca com o termo das funções em que a encarregada de missão, mestre Elza Maria Henriques Deus Pais, se encontre investida à data da autorização.

27 de Janeiro de 2006. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa*. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*. — A Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, *Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA, DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Despacho conjunto n.º 187/2006. — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 81/2002, de 4 de Abril, é nomeada, em comissão de serviço, para desempenhar funções de escritvã-adjunta na Comissão de Aplicação de Coimas em Matéria Económica e Publicidade a escritvã-adjunta do 2.º Juízo do Tribunal de Pequena Instância Cível de Lisboa Ana Maria Lopes Pereira.

18 de Janeiro de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*. — Pelo Ministro da Economia e da Inovação, *Fernando Pereira Serrasqueiro*, Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*. — O Ministro dos Assuntos Parlamentares, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Secretaria-Geral

Rectificação n.º 240/2006. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 24, de 2 de Fevereiro de 2006, o despacho n.º 2568/2006, rectifica-se que onde se lê «Ficam ratificados todos os actos praticados pela secretária-geral do Ministério da Administração Interna, no âmbito dos poderes subdelegados, desde 27 de Novembro de 2005» deve ler-se «Ficam ratificados todos os actos praticados pela secretária-geral do Ministério da Administração Interna, no âmbito dos poderes subdelegados, desde 27 de Outubro de 2005».

3 de Fevereiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.

Governo Civil do Distrito de Bragança

Aviso n.º 2087/2006 (2.ª série). — De acordo com o n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto, publica-se o mapa, referente ao n.º 1 do artigo 2.º do mesmo diploma, respeitante aos subsídios atribuídos pelo Governo Civil do Distrito de Bragança durante o 2.º semestre de 2005:

(Em euros)

Nome da entidade	Data do despacho	Quantia
Associação Cultural e Recreativa de Santa Eulália	23-9-2005	250
Comissão de bem-estar dos trabalhadores do Governo Civil do Distrito de Bragança — Seguro Vida Grupo	21-7-2005	5 109,93
Escola E. B. 2, 3 Paulo Quintela	13-7-2005	1 750